



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

### **LEI N.º 1.696, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005**

**Dispõe sobre a reorganização do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Piratininga e dá outras providências.**

O Sr. Mauro Martinão, Prefeito Municipal de Piratininga, no Estado de São Paulo,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

### **TÍTULO I DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PIRATININGA-SP**

#### **CAPÍTULO I Das Disposições Gerais**

**Art. 1º O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA**, do Estado de São Paulo, organizado nos termos desta Lei, tem por finalidade assegurar, mediante contribuição, aos seus beneficiários:

- I – os meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, morte; idade avançada;
- II – auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e
- III – proteção à maternidade e à adoção.

**Art. 2º O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA**, do Estado de São Paulo, de caráter contributivo e solidário, e de filiação obrigatória, será mantido pelo Município, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive pelas suas autarquias e fundações instituídas e pelos seus servidores ativos, inativos e pensionistas.

**Art. 3º O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA** reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- III – vedação a criação, majoração ou extensão de qualquer benefício sem a correspondente fonte de custeio total;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 02.**

**IV** – custeio da previdência social dos servidores públicos municipais mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações públicas e da contribuição compulsória dos segurados;

**V** – subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões garantidoras dos benefícios mínimos a critérios atuariais, tendo em vista a natureza dos benefícios;

**VI** – valor mensal das aposentadorias e pensões não será inferior ao salário mínimo e nem superior ao subsídio do Prefeito, de acordo com o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal;

**VII** – previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

### **CAPÍTULO II Dos Beneficiários**

**Art. 4º** Os beneficiários do regime de previdência social, de que trata esta Lei, classificam-se como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste Capítulo.

#### **Seção I Dos Segurados**

**Art. 5º** Consideram-se segurados obrigatórios, os servidores públicos titulares de cargos efetivos vinculados à Administração direta, autárquica e fundacional, os inativos e os pensionistas.

**§ 1º** Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

**§ 2º** Até 15 de dezembro de 1998, o servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, de cargo temporário, de emprego público ou mandato eletivo poderia estar vinculado a regime próprio que assegurasse, no mínimo, aposentadoria e pensão por morte, nos termos definidos em lei do respectivo ente federativo.

**§ 3º** O servidor estável abrangido pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o admitido até 5 de outubro de 1988, que não tenham cumprido, naquela data, o tempo previsto para aquisição da estabilidade no serviço público, podem ser filiados ao regime próprio, desde que expressamente regidos pelo estatuto dos servidores do respectivo ente federativo.

**§ 4º** O servidor estável de que trata o parágrafo anterior e que não esteja amparado pelo regime próprio é segurado do Regime Geral de Previdência Social.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 03.**

**Art. 6º** Permanecerá vinculado ao regime de que trata esta Lei, aquele que for:

**I** – cedido para outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios, ainda que o regime previdenciário desses permita a filiação em tal condição;

**II** – cedido à empresa pública ou sociedade de economia mista; e

**III** – afastado ou licenciado do cargo efetivo para:

**a)** tratar de interesses particulares;

**b)** o exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;

**c)** desempenho de mandato classista;

**d)** acompanhar cônjuge ou companheiro; e

**e)** qualquer espécie de licença sem remuneração.

**§ 1º** Ao servidor de que trata o caput deste artigo, desde que não perceba remuneração, caberá manter a sua contribuição individual, bem como a contribuição do ente público ao qual esteja vinculado, para fins da contagem do respectivo tempo de contribuição, levando em consideração para efeito de base de cálculo o seu último vencimento.

**§ 2º** O recolhimento das contribuições, para o regime de que trata esta Lei, nas hipóteses elencadas nos incisos I e II deste artigo, correspondente à contribuição do ente público e do servidor, é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício.

### **Subseção I Da Inscrição**

**Art. 7º** A inscrição do servidor junto ao regime de previdência social, de que trata esta Lei, decorre automaticamente do seu ingresso no serviço público do Município de Piratininga.

**Parágrafo único.** Os servidores municipais mencionados no art. 5º desta Lei, que estejam em exercício no início da vigência desta Lei e regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos terão, suas inscrições procedidas automaticamente.

### **Subseção II Da Suspensão de Inscrição**

**Art. 8º** O segurado que deixar de contribuir para o regime de previdência de que trata esta Lei, por mais de três meses consecutivos, ou seis meses alternadamente, terá seus direitos suspensos até o restabelecimento e regularização das respectivas contribuições.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 04.**

### **Subseção III Do Cancelamento de Inscrição**

**Art. 9º** Será cancelada a inscrição do segurado que, não estando em gozo de benefício proporcionado por este regime de previdência, perder a condição de servidor público do Município de Piratininga.

### **Seção II Dos Dependentes**

**Art. 10.** Consideram-se dependentes do segurado, os beneficiários seguintes do regime de previdência social de que trata esta Lei:

**I** – o cônjuge, a companheira ou o companheiro;

**II** – o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido;

**III** – os pais;

**IV** – irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido.

**§ 1º** A existência de dependentes mencionados nos incisos I e II deste artigo, exclui do direito às prestações os dependentes previstos nos incisos III e IV.

**§ 2º** O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, conforme critérios dispostos no Regime Geral de Previdência Social, no que couber.

**§ 3º** Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada.

**§ 4º** União estável é aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham filhos em comum, enquanto não se separarem.

**§ 5º** A dependência econômica das pessoas mencionadas nos incisos I e II deste artigo, é presumida, devendo ser comprovada a dos dependentes referidos nos incisos III e IV, conforme critérios dispostos no Regime Geral de Previdência Social, no que couber.

### **Subseção I Da Inscrição dos Dependentes**

**Art. 11.** Incumbe ao segurado, a inscrição de dependente junto ao regime de previdência social de que trata esta Lei, a contar de seu ingresso no serviço público municipal.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 05.**

**Parágrafo único.** É de responsabilidade do servidor a atualização de seus dados junto ao órgão gestor do regime de previdência social de que trata esta Lei.

### **Subseção II Da Perda de Qualidade de Dependente**

**Art. 12.** A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

**I** – Para o cônjuge, pela separação judicial ou pelo divórcio, desde que não lhe tenha sido assegurada a percepção de alimentos, ou pela anulação do casamento e separação judicial com sentença transitada em julgado;

**II** – para o(a) companheiro(a), pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a percepção de alimentos;

**III** – para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem 18 (dezoito) anos de idade, salvo se inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente em curso de ensino superior;

**IV** – para os beneficiários economicamente dependentes, quando cessar essa situação;

**V** – para o inválido, pela cessação da invalidez;

**VI** – para o dependente em geral, pelo falecimento ou pela perda da qualidade de segurado por aquele de quem depende;

**VII** – pela exoneração ou demissão do servidor.

### **CAPÍTULO III Da Base de Cálculo das Contribuições**

**Art. 13.** Considera-se base de cálculo das contribuições, o valor constituído pelo vencimento ou subsídio de cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis, na forma de legislação específica, percebidas pelo segurado, excluídas:

**I** – a parcela recebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

**II** – as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

**III** – as diárias para viagens;

**IV** – a ajuda de custo;

**V** – as parcelas de caráter indenizatório;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

PRAÇA DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 06.**

**VI** – o salário-família;

**VII** – o auxílio-alimentação;

**VIII** – o auxílio-creche; e

**IX** – o abono de permanência;

**§ 1º** O servidor ocupante de cargo efetivo que tiver benefício a ser concedido com fundamento nos artigos 19, 20, 21, 22 e 23, poderá optar pela inclusão das parcelas remuneratórias especificadas em lei, previstas nos incisos I e II deste artigo, na base de cálculo de contribuição, respeitado o limite previsto no art. 40, § 2º da Constituição Federal;

**§ 2º** O servidor ocupante de cargo efetivo investido em cargo em comissão que optar, exclusivamente, pela percepção da remuneração fixada para esse cargo terá como base de contribuição previdenciária o valor da remuneração inerente ao respectivo cargo efetivo.

**§ 3º** Incide contribuição previdenciária sobre o valor do benefício do servidor em gozo de salário-maternidade, auxílio-doença e auxílio-reclusão e, sobre os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

**§ 4º** Na hipótese de licenças ou ausências que importem em redução da base de cálculo das contribuições do servidor, considerar-se-á o valor que lhe seria devido caso não se verificasse as licenças ou ausências, na forma do disposto neste artigo.

**§ 5º** A base de cálculo das contribuições no caso de inativos e de pensionistas equivale, respectivamente, aos valores dos proventos e das pensões.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Da Contagem do Tempo de Contribuição**

**Art. 14.** Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, hipótese em que os regimes de previdência social se compensarão financeiramente.

**§ 1º** A compensação financeira será feita junto ao regime no qual o servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes, conforme dispuser a lei.

**§ 2º** O tempo de contribuição previsto neste artigo é considerado para efeito de aposentadoria, desde que não concomitante com tempo de serviço público computado para o mesmo fim.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 07.**

**§ 3º** As aposentadorias concedidas com base na contagem de tempo de contribuição prevista neste artigo deverão evidenciar o tempo de contribuição na atividade privada ou o de contribuição na condição de servidor público titular de cargo efetivo, conforme o caso, para fins de compensação financeira.

**Art. 15.** O benefício resultante de contagem de tempo de serviço na forma deste Capítulo será concedido e pago pelo regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente ao servidor público ou a seus dependentes, observada a respectiva legislação.

**Art. 16.** Na hipótese de acúmulo legal de cargos, o tempo de contribuição referente a cada cargo será computado isoladamente, não sendo permitida a contagem do tempo anterior a que se refere o art. 14, para mais de um benefício.

**Art. 17.** Para cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração, cujo numerador será o total desse tempo, e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme art. 21 desta Lei, não se aplicando a redução de que trata a aposentadoria especial de professor prevista no art.23 desta Lei.

**§ 1º** A fração de que trata o caput deste artigo será aplicada sobre o valor dos proventos calculado conforme art. 43, observando-se, previamente, a aplicação do limite de que trata o art. 43, § 10 desta Lei.

**§ 2º** Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.

### **TÍTULO II**

#### **Dos Benefícios em Geral**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Das Espécies de Benefícios**

**Art. 18.** O regime de previdência social de que trata esta Lei, compreende os seguintes benefícios:

I – quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria voluntária por idade;
- e) aposentadoria especial de professor;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.696, Fls. 08.

- f) auxílio-doença;
  - g) salário-família;
  - h) salário-maternidade.
- II – quanto ao dependente:
- a) pensão por morte;
  - b) auxílio-reclusão.

§ 1º Os benefícios serão concedidos nos termos e condições definidas nesta Lei, observadas, no que couber, às normas previstas na Constituição Federal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piratininga e legislação infraconstitucional em vigor.

§ 2º O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má-fé, implicará na devolução do valor total auferido, devidamente atualizado, sem prejuízo de ação penal cabível.

### Seção I Dos Benefícios

#### Subseção I Da Aposentadoria por Invalidez

**Art. 19.** O servidor será aposentado por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se a invalidez for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

§ 1º O servidor será submetido à junta médica oficial, que atestará a invalidez quando caracterizada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou verificada a impossibilidade de readaptação nos termos da lei.

§ 2º A aposentadoria por invalidez será precedida de auxílio-doença de que trata o art. 24 desta Lei, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º Expirado o período do auxílio-doença e não se encontrando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.

§ 4º Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 09.**

**§ 5º** Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

**I** – o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

**II** – o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de:

**a)** ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;

**b)** ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;

**c)** ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;

**d)** ato de pessoa privada do uso da razão; e

**e)** desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

**III** – a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo;

**IV** – o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

**a)** na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;

**b)** na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

**c)** em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado, e;

**d)** no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

**§ 6º** Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 10.**

§ 7º Doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o caput deste artigo, são: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida-Aids; contaminação por radiação, neste caso, com base em conclusão da medicina especializada e hepatopatia grave.

§ 8º O lapso compreendido entre a data de término do auxílio-doença e a data de publicação do ato da aposentadoria será considerado como prorrogação da licença.

§ 9º O servidor que retornar ao exercício laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cancelada.

§ 10. É assegurado reajuste desse benefício na forma do art. 56 desta Lei.

§ 11. A aposentadoria por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato de concessão da aposentadoria.

§ 12. A forma de cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 43 desta Lei.

### **Subseção II Da Aposentadoria Compulsória**

**Art. 20.** O servidor será aposentado compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1º A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

§ 2º É assegurado reajuste desse benefício na forma do art. 56 desta Lei.

§ 3º A forma de cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 43 desta Lei.

### **Subseção III Da Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição**

**Art. 21.** O servidor fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, desde que preencha os seguintes requisitos, cumulativamente:

I – 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 11.**

**II** – tiver 35 (trinta e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;

**III** – tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público; e,

**IV** – tempo mínimo de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

**§ 1º** É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 56 desta Lei.

**§ 2º** A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato de concessão da aposentadoria.

**§ 3º** A forma de cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 43 desta Lei.

### **Subseção IV**

#### **Da Aposentadoria Voluntária por Idade**

**Art. 22.** O servidor fará jus à aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que preencha cumulativamente:

**I** – tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público;

**II** – tempo mínimo de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;

**III** – 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher;

**§ 1º** É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 56 desta lei.

**§ 2º** A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato de concessão da aposentadoria.

**§ 3º** A forma de cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 43 desta Lei.

### **Subseção V**

#### **Da Aposentadoria Especial de Professor**

**Art. 23.** O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista no art. 21 desta Lei, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em 5 (cinco) anos.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 12.**

**§ 1º** Considera-se como de efetivo exercício na função de magistério a atividade docente do professor exercida exclusivamente em sala de aula

**§ 2º** É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 56 desta lei.

**§ 3º** A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato de concessão da aposentadoria.

**§ 4º** A forma de cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 43 desta Lei.

### **Subseção VI Do Auxílio-Doença**

**Art. 24.** O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos e consistirá no valor de sua última remuneração.

**§ 1º** O auxílio-doença será precedido de inspeção médica a cargo do Instituto.

**§ 2º** Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pelo retorno ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

**§ 3º** Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do Município o pagamento da sua remuneração.

**§ 4º** Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença, dentro dos sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o Município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros 15 (quinze) dias.

**§ 5º** O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para o exercício do seu cargo ou de readaptação deverá ser aposentado.

**§ 6º** O Município fica obrigado a recolher a contribuição patronal do beneficiário do auxílio doença, computado sobre a última remuneração e o segurado contribuirá com a alíquota estabelecida no § 1º do art. 59 desta Lei.

### **Subseção VII Do Salário-Família**

**Art. 25.** Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado que tenha remuneração ou subsídio igual ou inferior a R\$ 586,19 (quinhentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos), por filho ou equiparados, de qualquer condição, de até 14 (quatorze) anos de idade ou inválidos, da seguinte forma:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

PRAÇA DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 13.**

**I** – no valor da cota de R\$ 20,00 (vinte reais) para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais);

**II** – no valor da cota de R\$ 14,09 (catorze reais e nove centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) e igual ou inferior a R\$ 586,19 (quinhentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos).

**§ 1º** O valor limite referido no *caput* deste artigo é estabelecido pelo Ministério de Previdência Social e será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

**§ 2º** Consideram-se dependentes econômicos para efeitos de percepção do salário-família, os filhos ou equiparados de até 14 (quatorze) anos de idade ou inválidos ou incapazes.

**§ 3º** Quando pai e mãe forem segurados do Regime de que trata esta Lei, ambos terão direito ao salário-família.

**§ 4º** Em caso de divórcio, separação judicial dos pais, abandono legalmente caracterizado ou perda de pátrio poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo encargo ficar o sustento do menor.

**§ 5º** O direito ao salário-família cessa automaticamente:

**I** – por morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

**II** – quando o filho ou equiparado completar 14 (quatorze) anos de idade, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;

**III** – pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido ou incapaz, a contar do mês seguinte ao da cessação da invalidez ou incapacidade;

**IV** – pelo falecimento, exoneração ou demissão do servidor; ou

**V** – quando a remuneração do servidor ou os proventos do aposentado ultrapassarem o valor previsto no *caput* deste artigo.

### **Subseção VIII Do Salário-Maternidade**

**Art. 26.** O salário-maternidade é devido à segurada, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, com início entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

**§ 1º** O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual ao subsídio ou remuneração da segurada.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 14.**

**§ 2º** Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

**§ 3º** O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

**§ 4º** À segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção é devido salário-maternidade pelo período de:

I – 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade;

II – 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade; e

III – 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

### **Subseção IX Da Pensão**

**Art. 27.** A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado quando do seu falecimento e será devida a partir:

I – do dia do óbito, se requerida até 30 (trinta) dias da data de sua ocorrência.

II – da data do requerimento, quando requerida após 30 (trinta) dias da data do óbito;

III – da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

IV – da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

**Parágrafo único.** É assegurado reajuste a esse benefício na forma do art. 56 desta Lei.

**Art. 28.** Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I – sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II – desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

PRAÇA DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.696, Fls. 15.

**Parágrafo único.** A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com o reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

**Art. 29.** Ressalvado o direito adquirido, as pensões concedidas em decorrência de óbitos ocorridos a partir de 20.02.2004, será igual a:

I – o valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido no art. 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II – ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido no art. 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

**Parágrafo único.** O limite máximo estabelecido no art. 201 da Constituição Federal, de que trata os incisos I e II, deste artigo, previsto no art. 5º da Emenda Constitucional nº 41, foi fixado em R\$ 2.668,15 (dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais, quinze centavos), devendo, a partir da data de publicação da Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

**Art. 30.** Observado o disposto no art. 10 desta Lei, as pensões distinguem-se quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§ 1º A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

§ 2º A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez, emancipação ou maioridade do beneficiário.

**Art. 31.** Ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada em partes iguais, entre os titulares da pensão temporária.

§ 1º Ocorrendo habilitação somente à pensão temporária, o valor integral da pensão será rateada em partes iguais entre os que se habilitarem.

§ 2º Reverterá em favor dos demais dependentes à parte daquele, cujo direito à pensão cessar.

§ 3º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

PRAÇA DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 16.**

**§ 4º** A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

**§ 5º** Serão revertidos em favor dos dependentes e rateados entre eles a parte do benefício daqueles cujo direito à pensão se extinguir.

**§ 6º** O pensionista beneficiário da pensão por morte presumida deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor do Instituto de Previdência Social o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.

**Art. 32.** A cota da pensão será extinta:

I – pela morte do pensionista;

II – para o pensionista menor de idade, ao completar 21 (vinte e um) anos, salvo se inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior;

III – pela cessação da invalidez.

**Parágrafo único.** Com a extinção do direito do último pensionista extinguir-se-á a pensão.

**Art. 33.** A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observada a prescrição disposta no art. 54 desta Lei.

**Art. 34.** Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

**Art. 35.** Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até 2 (duas) pensões no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social, exceto a pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira, quando só será permitida a percepção de uma, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

**Parágrafo único.** A soma do valor das pensões cumuladas, não poderá ultrapassar o teto do Poder a que estava vinculado o segurado.

**Art. 36.** A condição legal de dependente conforme art. 10 desta Lei é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência.

**Parágrafo único.** A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão, salvo se, o dependente, na condição de menor beneficiário da pensão por morte, tornar-se inválido, no período anterior a sua emancipação ou maioridade, terá direito à manutenção do benefício, independentemente se a invalidez ocorreu antes ou após o óbito do segurado, observado o art. 12 inciso III desta Lei.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**  
PRAÇA DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 17.**

## **Subseção X Do Auxílio-Reclusão**

**Art. 37.** O auxílio-reclusão será concedido aos dependentes do segurado detento ou recluso e consistirá em uma renda mensal equivalente a cem por cento da remuneração do servidor que perceba, valor igual ou inferior a R\$ 586,19 (quinhentos e oitenta e seis reais dezenove centavos) e que não receba, de qualquer outra forma, remuneração dos cofres públicos, nos seguintes casos:

**I** – quando afastado por motivo de prisão em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão;

**II** – durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva.

**§ 1º** O auxílio-reclusão corresponderá à remuneração do cargo efetivo do segurado e será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

**§ 2º** O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

**§ 3º** Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

**§ 4º** Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

**§ 5º** O valor limite mencionado no caput deste artigo é definido pelo Ministério de Previdência Social e será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

## **Seção II Das Disposições Relativas às Prestações**

### **Subseção I Do Abono de Permanência**

**Art. 38.** O segurado que preencher os requisitos para aposentadoria, constantes das alíneas “c”, “d” e “e” do inciso I, do art. 18 desta Lei, e optar por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, até completar as exigências para aposentadoria compulsória prevista no art. 20 desta Lei.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

PRAÇA DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.696, Fls. 18.

§ 1º O abono previsto no *caput* deste artigo será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até 31 de dezembro de 2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente, como previsto no art. 48 desta Lei, desde que conte com, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, ou 30 (trinta) anos, se homem.

§ 2º O recebimento do abono de permanência pelo servidor que cumpriu todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais em quaisquer das regras previstas no art. 21, 22, 23, 45 e 48 desta Lei, conforme previsto no *caput* e § 1º deste artigo, não constitui impedimento à concessão do benefício de acordo com outra regra, inclusive a prevista no art. 44 desta Lei, desde que cumpridos os requisitos previstos para a hipótese.

§ 3º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 4º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do respectivo ente federativo e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no *caput* e § 1º deste artigo, mediante opção expressa pela permanência em atividade.

### Subseção II

#### Do pagamento dos benefícios

**Art. 39.** Os benefícios serão pagos em prestações mensais e consecutivas até o 5º dia do mês subsequente ao de sua competência.

**Parágrafo único.** Sem prejuízo do direito aos benefícios, prescrevem em dez anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, ressalvados os direitos dos incapazes ou dos ausentes na forma da lei civil.

**Art. 40.** Os benefícios devidos serão pagos diretamente aos aposentados, pensionistas e aos dependentes, ressalvados os casos de menores de idade, ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando serão pagos a tutor ou a procurador, conforme o caso, sendo que para este último o mandato não terá prazo superior a seis meses, podendo ser renovado por igual período.

**Parágrafo único.** O benefício devido ao dependente civilmente incapaz será pago ao seu representante legal, admitindo-se, na falta deste, e por período não superior a seis meses, o pagamento a herdeiro legítimo, civilmente capaz, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

**Art. 41.** O valor não recebido em vida pelo beneficiário só será pago a seus dependentes habilitados na forma do art. 10 desta Lei ou na falta deles, a seus sucessores nos termos da legislação civil, independentemente de inventário ou arrolamento.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.696, Fls. 19.

**Art. 42.** Salvo quanto ao desconto autorizado por esta Lei, ou derivado da obrigação de prestar alimentos, reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

### CAPÍTULO II

#### Do Cálculo dos Proventos de Aposentadoria

**Art. 43.** No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos poderes do Estado, salvo a hipótese de aposentadoria do art. 44 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º Para os efeitos do disposto no *caput* deste artigo, serão utilizados os valores das remunerações que constituíram base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência, independentemente do percentual da alíquota estabelecida ou de terem sido estas destinadas para o custeio de apenas parte dos benefícios previdenciários.

§ 2º Nas competências a partir de julho de 1994, em que não tenha havido contribuição para regime próprio, à base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive no período em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º Na ausência de contribuição do servidor não titular de cargo efetivo vinculado a regime próprio até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente.

§ 4º As maiores remunerações de que trata o *caput* deste artigo serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 9º deste artigo.

§ 5º Na determinação do número de competências correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo de que trata o *caput* deste artigo, desprezar-se-á a parte decimal.

§ 6º Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por ausência de vinculação a regime previdenciário, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 7º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social conforme portaria editada mensalmente pelo Ministério da Previdência Social.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 20.**

§ 8º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou, na falta daquele, por outro documento público, sendo passíveis de confirmação as informações fornecidas.

§ 9º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, após atualizadas na forma do § 7º deste artigo, não poderão ser:

I – inferiores ao valor do salário mínimo;

II – superiores aos valores dos limites máximos de remuneração no serviço público do respectivo ente; ou

III – superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 10. Os proventos, calculados de acordo com o *caput* deste artigo, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

### CAPÍTULO III

#### Das Regras de Transição para concessão de aposentadoria

**Art. 44.** Ressalvado o direito de opção às aposentadorias dos artigos 21 e 45 desta Lei, o segurado que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, fará jus à aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no art. 23 desta Lei, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I – 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher;

II – 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;

II

I – 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV – 10 (dez) anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.



**§ 1º** É assegurado reajuste ao benefício descrito no caput na forma do art. 57 desta lei.

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 21.**

**§ 2º** A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato de concessão da aposentadoria.

**Art. 45.** É assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados na forma prevista no art. 40, § 3º da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1.998, quando o servidor preencher os seguintes requisitos, cumulativamente:

**I** – tiver 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;

**II** – tiver 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

**III** – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

**a)** 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher; e

**b)** um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

**§ 1º** O servidor, de que trata este artigo, que cumprir as exigências para aposentadoria na forma dos incisos acima, terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, a, e § 5º da Constituição Federal, na seguinte proporção:

**I** – 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), para aquele que completar as exigências para aposentadoria, na forma prevista nos incisos acima até 31 de dezembro de 2005;

**II** – 5% (cinco por cento), para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma prevista nos incisos acima a partir de 1º de janeiro de 2006.

**§ 2º** O número de anos antecipados na forma do § 1º deste artigo será verificado no momento da concessão do benefício.

**§ 3º** Os percentuais de redução de que tratam os incisos I e II do § 1º deste artigo, serão aplicados sobre o valor calculado segundo o art. 43 desta Lei, verificando-se previamente a observância ao limite previsto no § 9º do mesmo artigo.

**§ 4º** Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.

**§ 5º** Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá



o tempo de serviço exercido até 16 de dezembro de 1998, contado com acréscimo de dezessete por cento, observando-se o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50

FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443

CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 22.**

**§ 6º** Na aplicação do disposto no caput, o segurado professor, que, até 15 de dezembro de 1998, tiver ingressado, por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo efetivo de magistério e que optar por se aposentar terá o tempo de serviço exercido até essa data contado com acréscimo de 17% (dezessete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que venha a se aposentar exclusivamente com o tempo de efetivo exercício das funções de magistério, nos termos do art. 23 desta Lei.

**§ 7º** O segurado professor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério na União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço, exercido até a publicação daquela Emenda, contado com o acréscimo de 17% (dezessete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

**§ 8º** As aposentadorias concedidas conforme este artigo, serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 56 desta Lei.

**Art. 46.** Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional n.º 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

**I** – Trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

**II** – vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

**III** – Idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40 § 1º, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do *caput* deste artigo.

**Parágrafo único.** Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional n.º 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

**Art. 47.** A vedação prevista no § 10 do art. 37 da Constituição Federal, não se aplica aos membros de quaisquer dos poderes e aos inativos, servidores e militares, que, até 15 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na



Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 23.**

**Art. 48.** O tempo de serviço, considerado pela legislação vigente, para efeito de aposentadoria, será contado como tempo de contribuição, excluído o tempo fictício.

### **CAPÍTULO IV Do Direito Adquirido**

**Art. 49.** É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes, que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas às prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões concedidas com base no *caput* deste artigo, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei, observado o limite disposto no art. 37, XI da Constituição Federal.

§ 3º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

### **CAPÍTULO V Da Gratificação Natalina**

**Art. 50.** A gratificação natalina será devida aos servidores aposentados e pensionistas em valor equivalente ao respectivo benefício referente ao mês de dezembro de cada ano.



§ 1º Na hipótese da ocorrência de fato extintivo do benefício, o cálculo da gratificação natalina obedecerá à proporcionalidade da manutenção do benefício no correspondente exercício, equivalendo cada mês decorrido, ou fração de dias superior a 15 (quinze), a 1/12 (um doze avos).

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 24.**

§ 2º A gratificação de que trata o caput deste artigo poderá ser paga antecipadamente dentro do exercício financeiro a ela correspondente, desde que autorizada pelo respectivo órgão deliberativo.

### **CAPÍTULO VII Das Disposições Gerais**

**Art. 51.** Para fins de concessão de aposentadoria pelo Regime Próprio da Previdência Social é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.

**Art. 52.** Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma do artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do Regime Próprio da Previdência Social.

**Art. 53.** Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei.

**Art. 54.** Concedida a aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado, pela Unidade Gestora, ao Tribunal de Contas para homologação.

**Art. 55.** Prescreve em 10 (dez) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo Regime Próprio de Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

**Art. 56.** O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente da sua idade, deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se anualmente a exame médico a cargo do órgão competente.

### **Seção I Dos Reajustes de Aposentadorias e Pensões**

**Art. 57.** Será assegurado o reajustamento das aposentadorias que tratam as alíneas “a” a “e” do inciso I e alínea “a” do inciso II, ambos do art. 18 desta Lei, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, com paridade total aos servidores ativos.



**Art. 58.** Para a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição de que trata o art. 44 desta Lei, será assegurado o reajustamento, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da Lei, observado o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 25.**

### **TÍTULO III Plano de Custeio**

**Art. 59.** O regime de previdência estabelecido por esta Lei é custeado mediante recursos de contribuições do Município de Piratininga, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações e dos segurados ativos, inativos e pensionistas, bem assim por outros recursos que lhe forem atribuídos, na forma dos Capítulos I e II deste Título.

**Parágrafo único.** O plano de custeio descrito no caput deste artigo deverá ser revisto, a cada exercício, objetivando atender às limitações impostas pela legislação vigente.

#### **CAPÍTULO I Da Contribuição do Segurado**

**Art. 60.** Constituirá fato gerador das contribuições para o regime de previdência do Município, a percepção efetiva ou a aquisição pelo segurado da disponibilidade econômica ou jurídica de remuneração, a qualquer título, inclusive de subsídios, oriundos dos cofres públicos municipais ou das autarquias e das fundações públicas, tomando-se como base de cálculo as parcelas estabelecida no art. 13 desta Lei.

**§ 1º** A contribuição mensal dos segurados para o regime de previdência de que trata esta Lei, será de 11% (onze por cento).

**§ 2º** Para o cálculo das contribuições incidentes sobre a gratificação natalina, será observada a mesma alíquota.

**§ 3º** No caso de inexistência ou suspensão de remuneração, caberá ao segurado a obrigação de recolhimento diretamente ao IPREPI das contribuições pessoais e patronais, considerando a base de cálculo prevista no art. 13 desta Lei.

#### **CAPÍTULO II Da Contribuição do Município**

**Art. 61.** A contribuição do Município de Piratininga, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações, para o IPREPI, não poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do segurado.

**Parágrafo único.** A alíquota de contribuição de que trata o *caput* deste artigo será de 14% (quatorze por cento)



**Art. 62.** O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras apuradas atuarialmente no regime de previdência, na forma da Lei Orçamentária Anual.

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 26.**

**Art. 63.** O aporte adicional previsto atuarialmente, assim como as transferências referentes a amortização de eventuais déficits verificados no regime de previdência do Município, não serão computados para efeito da limitação de que trata o art. 66 desta Lei.

**Parágrafo único.** O déficit técnico apurado na avaliação atuarial do Instituto, será financiado conforme Portaria MPS nº 4.992, de 05 de fevereiro de 1999 e o saldo remanescente será atualizado pela variação do IGP-DI, verificada entre a data da apuração e do efetivo recolhimento, acrescidos da taxa de juros reais de 6% (seis por cento) ao ano.

**Art. 64.** A contribuição social do Município, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações públicas, para o IPREPI será constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na Lei Orçamentária Anual.

## **TITULO IV**

### **Da Arrecadação e Recolhimento das Contribuições**

**Art. 65.** A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições ou de outras importâncias devidas ao IPREPI pelos segurados, pelo ente público ou pelo órgão que promover a sua retenção, deverão ser efetuados ao IPREPI, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da ocorrência do respectivo fato gerador.

**Art. 66.** O encarregado de ordenar ou de supervisionar a retenção e o recolhimento das contribuições dos segurados devidas ao IPREPI criado por esta Lei que deixar de as reter ou de as recolher, no prazo legal, será objetiva e pessoalmente responsável, na forma prevista no artigo 135, incisos II e III, do Código Tributário Nacional, pelo pagamento dessas contribuições e das penalidades cabíveis, sem prejuízo da sua responsabilidade administrativa, civil e penal, pelo ilícito que eventualmente tiver praticado e da responsabilidade do Poder, órgão autônomo, autarquias ou fundações públicas municipais a que for vinculado por essas mesmas contribuições e penalidades.

**Art. 67.** Mediante acordo celebrado com o Município contendo cláusula em que seja autorizado, quando houver inadimplência deste por prazo superior a 30 (trinta) dias, será efetuada a retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM

e repassado ao IPREPI o valor correspondente às contribuições sociais e seus devidos acréscimos legais.



**Art. 68.** As contribuições pagas em atraso ficam sujeitas à atualização pelo índice de correção dos tributos municipais, além da cobrança de juros de mora de 1% (um por cento) por mês de atraso ou fração e multa de 2% (dois por cento), todos de caráter irrelevável, sem prejuízo da responsabilização e das demais penalidades previstas nesta Lei e legislação aplicável.

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 27.**

## **TÍTULO V DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

### **CAPÍTULO I Da Criação, Natureza Jurídica, Sede e Foro**

**Art. 69.** Fica reestruturado nos termos desta Lei, o Instituto de Previdência Municipal de Piratininga – IPREPI, criado nos termos da Lei nº 1.570 de 27 de março de 2002.

**Art. 70.** O Instituto de Previdência Municipal de Piratininga – IPREPI, tem sede e foro na cidade de Piratininga.

**Art. 71.** O IPREPI é o órgão responsável pela administração do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Piratininga com base nas normas gerais de contabilidade e atuária de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, bem como gerir os seus recursos financeiros.

**Art. 72.** O prazo de sua duração é indeterminado.

**Art. 73.** O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será levantado balanço do Instituto.

**Art. 74.** Compete ao IPREPI contratar Empresa ou Instituição Financeira para a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, das exigibilidades relativas aos programas previdenciários e de investimentos, dos fundos dos referidos programas, custódia dos títulos e valores mobiliários, bem como da gestão previdenciária relativamente à concessão, manutenção e cancelamento dos benefícios de aposentadoria e pensão, atualização e administração do cadastro social e financeiro dos servidores, além de gerir a folha de pagamento dos beneficiários de que trata esta Lei, desde que previamente autorizado pelo Conselho Deliberativo.

### **CAPÍTULO II Da Administração**

**Art. 75. O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI, terá a seguinte estrutura:**

**I – Conselho Deliberativo;**

**II – Conselho Fiscal; e**

**III – Diretoria Executiva, com sua estrutura organizacional.**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 28.**

### **Seção I Do Conselho Deliberativo**

**Art. 76. O Conselho Deliberativo do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI será constituído de até 7 (sete) membros efetivos e 1 (um) membro suplente para cada um, a saber:**

**I – dois servidores, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de Piratininga, indicados pelo Prefeito, sendo que um deles, a critério do Prefeito, será o Presidente do conselho Deliberativo;**

**II – um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de Piratininga, indicado pelo Poder Legislativo;**

**III – dois servidores indicados ou eleitos pelos funcionários, pertencentes ao quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município.**

**IV – dois inativos indicados ou eleitos dentre os aposentados;**

**§ 1º** Juntamente com os titulares, e para cada um, será designado ou eleito 01 (um) suplente, respectivo, que os substituirão em suas licenças e impedimentos e os sucederão em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

**§ 2º** Se ocorrer vacância do titular e do suplente o Prefeito nomeará o substituto, respeitada a vinculação da representatividade.

**§ 3º** O mandato dos membros designados ou eleitos será de 02 (dois) anos, sendo permitida as reconduções que se fizerem necessária.

**§ 4º** Será firmado Termo de Posse dos Conselheiros.

**§ 5º** O conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples de voto.

**§ 6º** A função de Conselheiro não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§ 7º O Conselheiro que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§ 8º Os membros do Conselho Deliberativo deverão ser contribuintes ou beneficiários do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**.



§ 9º O Presidente do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, terá voz e voto de desempate nas reuniões do Conselho.

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 29.**

§ 10. As deliberações do Conselho Deliberativo serão lavradas em Livro de Atas.

§ 11. As convocações ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo serão feitas por escrito pelo Presidente do Conselho.

**Art. 77.** Ao Conselho Deliberativo compete:

I – Deliberar sobre a política de investimento do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

II – Deliberar sobre o Regimento Interno do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

III – Deliberar sobre as Diretrizes Gerais de atuação do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**

IV – Deliberar sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargo e Salários;

V – Deliberar sobre a Nota Técnica Atuarial e o Plano Anual de Custeio;

VI – Deliberar sobre o Relatório Anual da Diretoria;

VII – Deliberar sobre os Balancetes Mensais, bem como o Balanço e as Contas Anuais do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, após serem apreciados pelo Conselho Fiscal.

VIII – Deliberar sobre a aceitação de bens e legados oferecidos ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

XI – Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como aceitação de doação com encargos;

**X – Deliberar sobre a Proposta Orçamentária anual, bem como suas respectivas alterações, elaborada pela Diretoria Executiva do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI;**

**XI – Deliberar sobre a contratação das Instituições Financeiras Privadas ou Públicas que se encarregarão da administração das Carteiras de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI, por proposta da Diretoria Executiva;**



**XII – Deliberar sobre a contratação de Consultoria Externa Técnica Especializada para desenvolvimento de Serviços Técnicos Especializados necessários ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI, por indicação da Diretoria Executiva;**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 30.**

**XIII – Funcionar como órgão de aconselhamento à Diretoria Executiva do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI, nas questões por ele suscitadas;**

**XIV – Deliberar sobre a contratação de Convênios para prestação de serviços quando integrados ao elenco de atividade a serem desenvolvidos pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI;**

**XV – Baixar Atos e Instruções Normativas, complementares ou esclarecedoras; e,**

**XVI – Praticar os demais atos atribuídos por esta Lei.**

## **Seção II Do Conselho Fiscal**

**Art. 78.** O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros titulares e 1 (um) membro suplente para cada um, a saber:

**I – Um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de Piratininga, indicado pelo Prefeito;**

**II – Um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de Piratininga, indicado pelo Poder Legislativo;**

**III – Um servidor indicado ou eleito pelos funcionários, pertencente ao quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município.**

**§ 1º** Juntamente como os titulares, e para cada um, será designado ou eleito 01 (um) suplente, que os substituirão em suas licenças e impedimentos e os sucederão em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

§ 2º Se ocorrer vacância do titular e do suplente o Prefeito nomeará o substituto, respeitada a vinculação da representatividade.

§ 3º O mandato dos membros designados ou eleitos será de 02 (dois) anos, sendo permitida as reconduções que se fizerem necessárias.

§ 4º Será firmado Termo de Posse dos Conselheiros.

§ 5º O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas com o mínimo de 02 (dois) votos.

§ 6º A função de Conselheiro Fiscal não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§ 7º O Conselheiro que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50

FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443

CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO



**Lei nº 1.696, Fls. 31.**

§ 8º O Conselho fiscal elegerá, dentre seus membros, o seu Presidente em sua primeira reunião ordinária, após a sua posse.

§ 9º O Presidente do Conselho Fiscal terá voz e voto de desempate.

§ 10. Os membros do Conselho Fiscal deverão ser servidores ativos, contribuintes do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI.**

§ 11. As deliberações do Conselho Fiscal serão lavradas em Livro de Atas.

**Art. 79.** Compete ao conselho Fiscal:

I – Acompanhar a organização dos serviços técnicos e a admissão do pessoal;

II – Acompanhar a execução orçamentária do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;

III – Examinar as prestações efetivadas pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;

IV – Proceder, em face dos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos ao Conselho Deliberativo;

**V** – Indicar, para contratação, perito de sua escolha para exame de livros e documentos;

**VI** – Encaminhar ao Prefeito Municipal, anualmente, até o mês de março, com o seu parecer técnico, o relatório do exercício anterior da Diretoria executiva, o processo de tomada de contas, o balanço anual e o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios prestados;

**VII** – Requisita à Diretoria Executiva e ao Presidente do Conselho Deliberativo as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-los para correção de irregularidades verificadas e exigir as providências de regularização;

**VIII** – Propor ao Presidente da Diretoria Executiva do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e transparência da administração do mesmo;



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 32.**

**IX** – Acompanhar o recolhimento mensal das contribuições para que sejam efetuadas no prazo legal e notificar e interceder junto ao Prefeito Municipal e demais titulares de órgãos filiados ao Sistema Municipal. Na ocorrência de irregularidades, alertando-os para os riscos envolvidos, denunciando e exigindo as providências de regularização, e adotando as providências de retenção dos impostos e taxas junto aos órgãos competentes para regularização das contribuições em atraso;

**X** – Proceder à certificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos e atestar a sua correção ou denunciando irregularidades constatadas e exigindo as regularizações;

**XI** – Examinar e dar parecer prévio nos Contratos, Acordos e Convênios a serem celebrados pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, por solicitação da Diretoria Executiva;

**XII** – Pronunciar-se sobre a alienação de bens imóveis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

**XIII** – Acompanhar os processos de concessão de benefícios, verificando sua legitimidade;

**XIV** – Acompanhar a aplicação das reservas, fundos e provisões, garantidores dos benefícios previstos nesta Lei, notadamente no que concerne à observância dos critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, e de limites máximos de concentração dos recursos; e

**XV** – rever as suas próprias decisões, fundamentando qualquer possível alteração;

**XVI** – Proceder os demais atos necessários à fiscalização do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, bem como da gestão do Regime Próprio de Previdência do Município de Piratininga.

**Parágrafo único.** Compete a todos os membros do Conselho Fiscal, individualmente, o direito de exercer fiscalização dos serviços do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, não lhes sendo permitido envolver-se na direção e administração do mesmo.

### **Seção III Da Diretoria Executiva**

**Art. 80.** A Diretoria Executiva do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, será composta de um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo/Financeiro e um Diretor de Benefícios.



**§ 1º** As funções de Diretor Presidente, Diretor Administrativo/Financeiro e Diretor de Benefícios, serão ocupados por servidores municipais ocupantes de cargos efetivos indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal.

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 33.**

**§ 2º** Os servidores indicados deverão pertencer ao quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de Piratininga, e possuírem 2º grau completo de escolaridade e qualificação necessária.

**§ 3º** As deliberações da Diretoria Executiva serão registradas em Livro de Atas.

**§ 4º** Será firmado termo de Posse dos Diretores nomeados.

**§ 5º** Não poderão ser nomeados para as funções de Diretorias, profissionais que tenham parentescos, até 3º grau, com membros do Conselho Deliberativo e Fiscal, ou ocupantes de cargo de confiança, no âmbito do Poder executivo Municipal.

**Art. 81.** Compete ao diretor Presidente:

**I** – Representar o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI** em juízo ou fora dele;

**II** – Superintender e exercer a Administração Geral do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI** e presidir o colegiado da diretoria Executiva;

**III** – Autorizar, conjuntamente com o Diretor Administrativo/Financeiro, as aplicações e investimentos efetuados, atendido ao Plano de Aplicações e Investimentos;

**IV** – Celebrar, em nome do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI** em conjunto com o Diretor, os Contratos de

Gestão e suas alterações, e as contratações em todas as suas modalidades, inclusive de prestação de serviços por terceiros;

**V** – Praticar, conjuntamente com o diretor de Benefícios, os atos relativos à concessão dos benefícios previdenciários previstos nesta Lei;

**VI** – Propor em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro, a Lei Orçamentária anual do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, bem como as suas alterações;

**VII** – Organizar o quadro de pessoal de acordo com o orçamento aprovado;

**VIII** – Propor o preenchimento das vagas do quadro de pessoal, mediante concurso Público;

**IX** – Manter o serviço de protocolo, expediente, arquivo, bem como expedir instruções e ordens de serviços;



**X** – Organizar, em conjunto com o diretor de Benefícios, os serviços de Prestação Previdenciária do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 34.**

**XI** – Assinar e assumir, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro os documentos e valores do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI** e responder juridicamente pelos atos e fatos de interesse do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

**XII** – Assinar, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro, os cheques e demais documentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, movimentando os fundos existentes;

**XIII** – Encaminhar, para deliberação, as contas anuais da Instituição para o Conselho Deliberativo e para o tribunal de Contas do Estado, acompanhadas dos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial e da Auditoria Externa Independente quando for o caso;

**XIV** – Propor, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro, a contratação de Carteiras de Investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI** dentre as instituições especializadas do mercado, de Consultores Técnicos Especializados e outros serviços de interesse;

**XV** – Submeter ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal os assuntos a eles pertinentes e facilitar o acesso de seus membros para o desempenho de suas atribuições;

**XVI** – Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Conselhos Deliberativos e Fiscal;

**XVII** – Praticar os demais atos atribuídos por esta Lei.

**Art. 82.** Compete ao Diretor Administrativo/Financeiro:

**I** – Elaborar e transcrever em livros próprios os contratos, termos, editais e licitações;

**II** – Supervisionar o serviço de relação pública e os de natureza interna;

**III** – Administrar a área de Recursos Humanos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

**IV** – Assinar juntamente com o Diretor Presidente, todos os atos administrativos referentes à admissão, contrato, demissão, dispensa, licença, férias, afastamento dos serviços da autarquia, bem como, os cheques e requisições junto às instituições financeiras;

**V** – Cuidar para que até o décimo dia útil de cada mês, sejam fornecidos os informes necessários à elaboração do balancete do mês anterior;

**VI** – Fornecer subsídios que possibilitem manter a contabilidade financeira, econômica e patrimonial, em sistemas adequados e sempre atualizados, elaborando balancetes e balanços, além de demonstrativos das atividades econômicas deste instituto;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50

FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443

CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 35.**

**VII** – Promover a arrecadação, registro e guarda de rendas e quaisquer valores devidos ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, e dar publicidade da movimentação financeira;

**VIII** – Elaborar orçamento anual e plurianual de investimentos, bem como todas as resoluções atinentes à matéria orçamentária ou financeira e o acompanhamento da respectiva execução;

**IX** – Apresentar periodicamente os quadros e dados estatísticos que permitam o acompanhamento das tendências orçamentárias e financeiras para o exercício;

**X** – Providenciar a abertura de crédito adicionais, quando houver necessidade;

**XI** – Efetuar tomada de caixa, em conjunto com os demais membros da Diretoria;

**XII** – Organizar, anualmente, o quadro de fornecedores, opinando sobre o mesmo e submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo;

**XIII** – Organizar e acompanhar as licitações dando o seu parecer para o respectivo julgamento;

**XIV** – Supervisionar o Setor de Compras, Almoxarifado e Patrimônio do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**,

através de sistema próprio, verificando periodicamente os estoques, bem como o controle e conservação de material permanente;

**XV** – Manter os serviços relacionados com a aquisição, recebimento, guarda e controle, bem como fiscalização do consumo de material, primando pela economia;

**XVI** – Supervisionar os serviços de segurança, limpeza, portaria e serviços gerais do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

**XVII** – Acompanhar as ações de gestão orçamentária de planejamento financeiro, os recebimentos e pagamentos, os assuntos relativos à área contábil, as aplicações em investimentos em conjunto com o Diretor Presidente e deliberado pelo Conselho Deliberativo e o gerenciamento dos bens pertencentes ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, velando por sua integridade;

**XVIII** – Manter controle sobre a guarda dos valores, títulos e disponibilidades financeiras e demais documentos que integram o Patrimônio do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

**XIX** – Disponibilizar dados visando a contabilização das receitas. Despesas, fundos e provisões do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, dentro dos critérios contábeis geralmente afeitos e expedir os balancetes mensais, o balanço anual e as demais demonstrações contábeis;



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 36.**

**XX** – Prover recursos para o pagamento da folha mensal de benefícios e da folha de pagamento dos salários dos funcionários do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

**XXI** – Propor a contratação dos Administradores de Ativos e Passivos Financeiros do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI** e promover o acompanhamento dos Contratos;

**XXII** – Integrar o Colegiado da Diretoria Executiva nas deliberações operacionais do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

**XXIII** Substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos eventuais.

**Art. 83.** Compete ao Diretor de Benefícios:

**I** – Manter atualizado o cadastro dos servidores segurados, ativos e inativos, e de seus dependentes, tanto da Prefeitura, da Câmara Municipal e demais órgãos empregadores municipais vinculados **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

**II** – Fornecer subsídios necessários á elaboração do cálculo da folha mensal dos benefícios a serem pagos pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI** aos segurados e dependente, de acordo com os dispositivos legais;

**III** – Responder pela exatidão das carências e demais condições exigidas para a concessão de quaisquer benefícios aos segurados e que o requerem;

**IV** – Proceder o atendimento e a orientação aos segurados quanto os seus direitos e deveres para com o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**;

**V** – Substituir o Diretor Administrativo/Financeiro em seus impedimentos eventuais;

**VI** – Proceder ao levantamento estatístico de benefícios concedidos e a conceder;

**VII** – Propor a contratação de Atuário para prover as revisões atuariais do Sistema Previdenciário Municipal;

**VIII** – Integrar o colegiado da Diretoria Executiva em suas deliberações operacionais;



**IX** – Proceder o atendimento dos integrantes dos demais órgãos Colegiados da Estrutura Administrativa do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**.

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 37.**

**Art. 84.** O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI**, para a execução de seus serviços, poderá ter pessoal requisitado da municipalidade, dentre os seus servidores, os quais serão colocados à sua disposição com todos os seus direitos e vantagens asseguradas, garantias e deveres previstos em Lei, não podendo perceber remuneração adicional.

### **CAPÍTULO III**

#### **Do Patrimônio e das Receitas**

**Art. 85.** O patrimônio do IPREPI é autônomo, livre e desvinculado de qualquer fundo do Município e será constituído de recursos arrecadados na forma do art. 88 e direcionado para pagamento de benefícios previdenciários aos beneficiários mencionados no art. 4º, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 95 desta Lei.

**Parágrafo único.** O patrimônio do IPREPI será formado de:

**I** – bens móveis e imóveis, valores e rendas;

II – os bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados e transferidos;

III – que vierem a ser constituídos na forma legal.

**Art. 86.** A inobservância do disposto neste Capítulo constituirá falta grave, sujeitando os responsáveis às sanções administrativas e judiciais cabíveis previstas em lei federal.

**Art. 87.** Fica o Poder Executivo autorizado a doar ou destinar, pelas modalidades previstas em lei, bens móveis ou imóveis ao IPREPI.

### **Seção Única** **Origens dos Recursos**

**Art. 88.** Os recursos do IPREPI originam-se das seguintes fontes de custeio:

I – contribuições sociais do Município de Piratininga, bem como por seus Poderes, suas autarquias e por suas fundações públicas empregadoras;

II – contribuições sociais dos segurados;

III – rendimentos das aplicações financeiras e de demais investimentos realizados com as receitas previstas neste artigo;

IV – aluguéis e outros rendimentos não financeiros do seu patrimônio;

V – bens, direitos e ativos transferidos pelo Município ou por terceiros;

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50

FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443

CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO



**Lei nº 1.696, Fls. 38.**

VI – outros bens não financeiros cuja propriedade lhe for transferida pelo Município ou por terceiros;

VII – recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços ao Município ou a outrem;

VIII – verbas oriundas da compensação financeira para os benefícios de aposentadoria e pensão entre os regimes previdenciários na forma da legislação específica;

IX – dotações orçamentárias;

X – transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento do Município;

XI – doações, legados, auxílios, subvenções e outras rendas extraordinárias ou eventuais;

XII – outras rendas, extraordinárias ou eventuais.

§ 1º Constituem também, como fonte do plano de custeio do RPPS, as contribuições previdenciárias incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 2º As contribuições e quaisquer outras importâncias devidas ao IPREPI por seus segurados serão arrecadadas, mediante desconto em folha, pelos órgãos responsáveis pelo pagamento de pessoal, e por estes recolhidas ao Instituto.

**Art. 89.** Sem prejuízo de sua contribuição estabelecida nesta Lei e das transferências vinculadas ao pagamento das aposentadorias e das pensões, o Município poderá propor, quando necessário, a abertura de créditos adicionais visando assegurar ao IPREPI alocação de recursos orçamentários destinados à cobertura de eventuais insuficiências financeiras reveladas pelo plano de custeio.

**Art. 90.** Sem prejuízo de deliberação do Conselho Deliberativo, e em conformidade com a Lei nº 4.320, de 1964 e alterações subseqüentes, o IPREPI poderá aceitar bens imóveis e outros ativos para compor seu patrimônio, desde que precedido de avaliação a cargo de empresa especializada e legalmente habilitada.

**Parágrafo único.** Verificada a viabilidade econômico-financeira aferida no laudo de avaliação, o Conselho Deliberativo terá prazo de sessenta dias para deliberar sobre a aceitação dos bens oferecidos.

**Art. 91.** Observadas as normas gerais da Lei de Licitações, a alienação de bens imóveis, com ou sem benfeitoria, integralizados ao patrimônio do IPREPI, deverá ser precedida de autorização do Conselho Deliberativo.

**Parágrafo único.** A alienação não poderá ser, a cada ano, superior a 15% (quinze por cento) do valor integralizado em bens imóveis.

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50

FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443

CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO



**Lei nº 1.696, Fls. 39.**

### **TÍTULO VI Da Taxa de Administração**

**Art. 92.** A taxa de administração para custeio do regime próprio de previdência, incidente sobre as contribuições pessoais e patronais, não poderá exceder a 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício financeiro anterior.

### **TÍTULO VII Das Disposições Finais**

**Art. 93.** Na hipótese de extinção do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Piratininga, o Tesouro Municipal

assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção desse regime.

**Art. 94.** O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao órgão gestor do IPREPI relação nominal dos segurados e seus dependentes, com os respectivos subsídios, remunerações e valores de contribuição.

**Art. 95.** Ao segurado que tiver sua inscrição cancelada conforme disposto no art. 9º desta Lei, será fornecido, pelo Instituto, Certidão de Tempo de Contribuição na forma da legislação vigente.

**Art. 96.** Os artigos 40, § 4º; 69; 91; 93; 94 e 158, da Lei n.º 1.122, de 23 de novembro de 1990, passam a vigor a partir da publicação da Lei n.º 1.570, de 27 de março de 2002, com as seguintes redações:

**“ Art. 40 – (...)**

**§ 4º - Provada a incapacidade definitiva para o serviço público, em inspeção médica realizada pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI, o funcionário será aposentado”.**

**“Art. 69. Para efeito de disponibilidade computar-se á integralmente:**

**“Art. 91. A partir do 31º dia de licença o funcionário no curso da licença para tratamento de saúde não perceberá seus vencimentos e vantagens, sendo que, a partir de então, o benefício previdenciário, auxílio doença, observadas as disposições legais aplicáveis, será concedido pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI”.**



**“Art. 93. À funcionária gestante será concedida, mediante exame médico, licença de 120 (cento e vinte) dias.**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA**

PRAÇA Dr. MÁRIO RIBEIRO DA SILVA Nº 14 – CAIXA POSTAL 50  
FONES /FAX (14) 3265-1011 – 3265-1012 – 3265-3443  
CEP 17490-000 - CNPJ 46.137.451/0001-76 - PIRATININGA - ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 1.696, Fls. 40.**

**§ 1º (...)**

**§ 2º Ocorrido o parto, sem que tenha sido requerida a licença, a funcionária entrará, automaticamente, em licença pelo período estabelecido no caput.**

**§ 3º A servidora no curso da licença à funcionária gestante não perceberá seus vencimentos e vantagens, sendo que o benefício previdenciário, salário maternidade, observadas as disposições legais aplicáveis, será pago à servidora gestante pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI”.**

**“Art. 94. O funcionário acometido de doença profissional ou acidentado em serviço, terá direito a licença para tratamento de saúde.**

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º (...)

**§ 4º O funcionário no curso de licença para tratamento de doença profissional ou em decorrência de acidente em serviço não perceberá seus vencimentos ou vantagens, sendo que o benefício previdenciário, auxílio doença, observada as disposições legais aplicáveis, será pago ao funcionário pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRATININGA – IPREPI”.**

**“Art. 158. O Salário Família será concedido na forma e condições estabelecidas na lei do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Piratininga, Constituição Federal e Legislação Complementar”.**

**Art. 97.** Esta lei e suas disposições gerais e transitórias entrarão em vigor nada data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 1.570, de 27 de Março de 2002, bem como todas as demais disposições em contrário.

Piratininga, 15 de dezembro de 2005

**MAURO MARTINÃO**  
**Prefeito Municipal**

Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, em 15 de dezembro de 2005.

**CASSIA ISABEL SALVADEO HASBENI**  
**Secretária Municipal**